



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

XXXVI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA – 2ª etapa
04/dezembro/2011

PROVA ESCRITA DE DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA.

INSTRUÇÕES

- 1- Cada pergunta terá peso 1 (um).
- 2- Não há necessidade de transcrever a pergunta na folha de respostas.
- 3- Numere as respostas de acordo com as questões.
- 4- Utilize exclusivamente caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer espécie, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente. Na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra “digo”**, não podendo, em qualquer circunstância, riscar o texto errado.
- 5- Não rubrique e não assine a prova. Não faça qualquer marca que possibilite identificação. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
- 6- Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje valer-se de rascunho, solicite ao fiscal de sala folhas avulsas.
- 7- Poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem ou de textos extraídos da Internet. A proibição abrange, inclusive, anotações com caneta marca texto.
- 8- O tempo de duração da prova será de 04 (quatro) horas e o candidato somente poderá retirar-se da sala após a primeira hora do início, podendo levar a sua folha de questões.
- 9- Não será prestado nenhum esclarecimento sobre o enunciado das questões ou sobre o modo de resolvê-las.
- 10- Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, “pager” ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares e máquina datilográfica dotada de memória, mesmo que desligados ou sem uso.
- 11- Não será permitido ao candidato fumar durante a realização da prova de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
- 12- Os 2 (dois) últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então, deixarem juntos o local.
- 13- O candidato que quiser poderá assistir à desidentificação da Prova na Sala 101.

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

TITULARES

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO CAROLINO - Presidente
DESEMBARGADOR ADALBERTO MARTINS
ADVOGADO OTÁVIO PINTO E SILVA – (OAB)

SUPLENTES

DESEMBARGADOR BENEDITO VALENTINI
JUIZ ANTERO ARANTES MARTINS

QUESTÃO 1

Em execução de decisão transitada em julgado, proferida em reclamação trabalhista movida pelo empregado "A" em face da empresa "XYZ" perante a 99ª Vara do Trabalho da Capital, foi realizada a desconsideração da personalidade jurídica e determinada a penhora sobre imóvel do sócio "X".

Antes mesmo da penhora, "X" interpôs embargos de terceiro preventivos alegando que o imóvel era "bem de família", os quais foram julgados improcedentes, não havendo recurso desta decisão.

Ao se tentar proceder a penhora, constatou-se que durante a tramitação dos embargos de terceiro acima mencionados houve penhora do referido imóvel pelo Juízo da 102ª Vara do Trabalho da Capital em reclamação trabalhista movida por "B" em face da mesma empregadora.

Verificando que o valor do imóvel era suficiente para quitação das duas dívidas, "A" requereu ao Juízo da 99ª Vara do Trabalho da Capital a penhora no rosto dos autos da execução movida por "B" perante o Juízo da 102ª Vara do Trabalho, o que foi deferido.

Levado o bem à Hasta Pública, "X" interpôs embargos à arrematação sustentando que o imóvel em questão era bem de família. Tais embargos foram julgados procedentes pelo Juízo da 102ª Vara do Trabalho da Capital, que determinou a nulidade da arrematação e a insubsistência da penhora sobre o imóvel e, por consequência, da penhora realizada no rosto dos autos.

Ao ser cientificado desta decisão, "A" interpôs agravo de petição pretendendo a subsistência de sua penhora. A 21ª Turma do Tribunal Regional, por maioria de votos, conheceu do agravo de petição e, no mérito, por unanimidade de votos, negou provimento ao agravo sob o fundamento de que a penhora no rosto dos autos é dependente da penhora principal e, por consequência, não se sustenta se esta última for julgada insubsistente. O Acórdão não tratou da questão do bem de família posto que tal matéria não foi devolvida no agravo de petição.

Desta decisão não houve recurso.

Diante desta situação, "A" requereu ao Juízo da 99ª Vara do Trabalho da Capital que realizasse diretamente a penhora sobre o imóvel em debate.

PERGUNTA: Como Juiz da 99ª Vara do Trabalho da Capital o pedido de "A" deve ser deferido? Fundamente a resposta.

QUESTÃO 2

Na clássica lição de Américo Plá Rodriguez, qual o maior Princípio do Direito do Trabalho e de que forma este Princípio se desdobra? Defina o conteúdo dos Princípios que forem mencionados.

QUESTÃO 3

O *Sindicato dos Trabalhadores nas Microempresas do Município "A"* obteve regularmente sua carta sindical.

Ao tomar conhecimento do fato, o *Sindicato dos Trabalhadores no Comércio do Estado "B"* ingressou com ação objetivando desconstituir a personalidade sindical do *Sindicato dos Trabalhadores nas Microempresas do Município "A"* sob o fundamento de que a criação do sindicato-réu viola o sistema sindical brasileiro e suas pilastras constitucionais e legais.

Sabe-se que o Município "A", de fato, está localizado no Estado "B".

Levando-se em conta o posicionamento do Colendo Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema, como deve ser julgada esta ação e com quais fundamentos?

QUESTÃO 4

Quanto aos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço responda fundamentadamente:

- a) Existe a possibilidade legal de tutela antecipada para levantamento, quando presentes os requisitos do art.273 do CPC?
- b) Podem ser penhorados para satisfação de prestação alimentícia?
- c) Podem ser levantados na hipótese de aposentadoria por invalidez?

QUESTÃO 5

Discorra acerca da validade ou não da cláusula de não concorrência no contrato de trabalho, com vigência após a extinção do mesmo contrato. Responda a questão abordando os seguintes aspectos: (a) violação do art. 5º, inciso XIII, da CF, (b) requisitos de validade da cláusula de não concorrência pós-contratual segundo a doutrina e jurisprudência brasileira, (c) momentos em que pode ser pactuada.

QUESTÃO 6

Um empregado praticou ato de improbidade antes de seu afastamento do trabalho em razão da percepção de auxílio-doença. Contudo, o ato faltoso só chegou ao conhecimento do empregador quando o trabalhador já se encontrava em gozo do benefício previdenciário. Após cuidadosa apuração do ato faltoso, o empregador decidiu dispensar o empregado, por justa causa, sem aguardar o término da licença. Diante desta situação, responda fundamentadamente:

a) Quais os efeitos do recebimento do auxílio-doença no contrato de trabalho ?

b) A fruição de auxílio-doença constitui óbice para a dispensa por justa causa ? Justifique a resposta abordando as correntes doutrinárias sobre a questão.

QUESTÃO 7

Acerca da responsabilidade do tomador de serviços na terceirização, responda fundamentadamente:

a) Em se tratando o tomador de serviços de ente público que tenha contratado a empresa fornecedora de mão de obra por meio de licitação pública, está inviabilizado o reconhecimento da responsabilidade subsidiária do tomador?

b) Uma vez reconhecida a responsabilidade subsidiária do tomador, esta responsabilidade sofre limitação quanto à natureza da verba e/ou quanto à sua contemporaneidade?

QUESTÃO 8

Considerando os limites legais fixados atinentes aos tópicos abaixo, discorra fundamentadamente sobre:

a) O pagamento pela Previdência Social de benefício (auxílio-doença acidentário e/ou aposentadoria por invalidez) e sua relação com a indenização a que está responsável o empregador pelo acidente de trabalho;

b) A possibilidade de pagamento de seguro desemprego ao segurado que já recebe qualquer benefício previdenciário de natureza continuada;

c) A possibilidade de pagamento, pela Previdência Social, cumulativamente:

- De mais de uma aposentadoria;
- De aposentadoria com auxílio-doença;
- De aposentadoria com abono permanência em serviços;
- De salário maternidade com auxílio-doença;
- De mais de uma pensão deixada por cônjuge ao companheiro;

QUESTÃO 9

Proposta a Reclamação Trabalhista, alegou o reclamante a existência de vínculo de emprego anterior ao registro na CTPS, postulando o seu reconhecimento e a condenação em seus respectivos contratuais. Postulou o reclamante, também, horas extras e equiparação salarial de todo o período contratual com os correspondentes reflexos, inclusive FGTS. Requereu, ainda, títulos rescisórios referentes ao período de registro na CTPS.

Regularmente citada, a reclamada foi declarada revel por ausência à audiência designada.

A sentença foi pela procedência parcial dos pedidos, eis que o MM. Juízo sentenciante pronunciou, de ofício, a prescrição extintiva no que tange ao pedido de reconhecimento de vínculo de emprego do período anterior ao registro na CTPS.

No julgamento do recurso ordinário interposto pelo reclamante, o Egrégio Tribunal Regional afastou a referida prescrição, determinou a remessa dos autos ao MM. Juízo de origem para exame e julgamento do respectivo aspecto objetivo. Também julgou que estava prejudicada a análise do recurso ordinário da reclamada e, neste caso, então necessário novo julgamento na origem pela integralidade do objeto da lide.

O MM. Juízo de origem, sob fundamento de que estava esgotada a sua prestação jurisdicional, devolveu os autos ao Egrégio Tribunal Regional sem proceder ao novo julgamento.

Discorra sobre a viabilidade desta devolução do MM. Juízo de origem ao E Tribunal Regional, notadamente sob o aspecto do efeito do recurso ordinário interposto pelo autor e, também, sob a ótica da prejudicialidade às partes quanto ao julgamento do feito diretamente pela Instância Revisora.

QUESTÃO 10

A respeito da legitimidade passiva na execução trabalhista, responda fundamentadamente:

- a) É possível redirecionar a execução trabalhista para empresa diversa daquela constante do título executivo, que for reputada como sucessora da devedora? Quais os requisitos para que tal sucessão seja reconhecida?
- b) A natureza da responsabilidade do sócio pelas dívidas trabalhistas da sociedade é solidária ou subsidiária? De que forma o sócio pode eximir-se da execução de dívida trabalhista da sociedade?
- c) Para que se faça o redirecionamento da execução para o tomador de serviços condenado subsidiariamente, é preciso, antes, realizar a descon sideração da personalidade jurídica da devedora principal e direcionar a execução aos sócios desta?